



ESTER BUENO SILVA

**IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO VOLEIBOL SENTADO PARA PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA**

LAVRAS – MG

2023

ESTER BUENO SILVA

**IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO VOLEIBOL SENTADO PARA  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade  
Federal de Lavras, como parte das exigências do  
Curso de Graduação em Educação Física.

MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA

Orientador(a)

LAVRAS – MG

2023

## **RESUMO**

Historicamente, os indivíduos portadores de deficiência física ou mental sofreram com a sua latente exclusão na sociedade, refletindo tanto em sua saúde física como também em sua saúde mental. Assim, essas pessoas são, ainda hoje, frequentemente isoladas de seus direitos e oportunidades. Desse modo, vale dizer que a prática contribui para a criação de oportunidades e empoderamento, sobretudo dos indivíduos que possuem deficiência. Constituindo uma modalidade recente de prática esportiva, o voleibol sentado tem ganhado espaço em debates e discussões sobre inclusão social. Isto posto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em apontar para a importância e contribuições do voleibol sentado para as pessoas com deficiência física. Para tanto, a fim de alcançar os objetivos aqui propostos, a metodologia de estudo consistiu em uma revisão bibliográfica, utilizando-se dos ensinamentos teóricos e estudiosos que se dedicam ao tema. Por fim, constatou-se que o voleibol sentado consiste em um importante esporte paralímpico que objetiva a inclusão das pessoas que possuem algum nível de deficiência na prática esportiva. Permitindo a elas, assim, aprimorar suas potencialidades e habilidades, aumentar suas autoestimas, superar suas frustrações e melhorar sua saúde mental e física.

**Palavras-chave:** Voleibol Sentado. Inclusão Social. Paralímpico. Esporte Adaptado.

## **ABSTRACT**

Historically, individuals with physical or mental disabilities have suffered from their latent exclusion in society, reflecting both on their physical health and also on their mental health. Thus, these people are, even today, often isolated from their rights and opportunities. Thus, it is worth mentioning that the practice contributes to the creation of opportunities and empowerment, especially for individuals with disabilities. As a recent form of sport, sitting volleyball has gained ground in debates and discussions on social inclusion. That said, the general objective of this research is to point to the importance and contributions of sitting volleyball for people with physical disabilities. Therefore, in order to achieve the objectives proposed here, the study methodology consisted of a bibliographic review, using theoretical teachings and scholars who are dedicated to the subject. Finally, it was found that sitting volleyball is an important Paralympic sport that aims to include people who have some level of disability in sports. Thus allowing them to improve their potential and skills, increase their self-esteem, overcome their frustrations and improve their mental and physical health.

**Keywords:** Sitting Volleyball. Social inclusion. Paralympic. Adapted Sport.

## SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	6
2.REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Os direitos da pessoa com deficiência	7
<b>2.2 A inclusão das pessoas com deficiência</b>	9
<b>2.3 Esporte como inclusão social</b>	12
2.4 A prática do esporte adaptado	13
2.5 Voleibol Sentado	16
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	26

## 1.INTRODUÇÃO

Por muitos anos, os indivíduos portadores de deficiência física ou mental sofreram, e ainda sofrem, com a sua latente exclusão na sociedade, refletindo tanto em sua saúde física como também em sua saúde mental. Assim, essas pessoas são, ainda hoje, frequentemente isoladas de seus direitos e oportunidades.

Desse modo, vale dizer que a prática esportiva é de suma importância, visto que contribui para a criação de oportunidades e empoderamento, sobretudo dos indivíduos que possuem deficiência, possibilitando o crescimento pessoal destes, além de contribuir diretamente para a promoção e sua saúde e melhoria de vida, despertando o sentimento de pertencimento à sociedade, além de outros benefícios.

Assim, constituindo uma modalidade recente de prática esportiva, o voleibol sentado, realizado tanto por homens como também por mulheres, tem ganhado espaço em debates e discussões sobre inclusão social.

Isto posto, indaga-se: Qual a importância da prática do voleibol sentado para a inclusão das pessoas com deficiência física na sociedade?

Nesse sentido, a hipótese desta pesquisa consiste em afirmar que a prática do voleibol sentado é de suma importância para a promoção da qualidade de vida de seus praticantes, sobretudo no que tange à amplificação das suas interações sociais e autoestima.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em apontar para a importância e contribuições do voleibol sentado para as pessoas com deficiência física. De forma a materializar o objetivo geral proposto por essa pesquisa, os objetivos secundários da pesquisa são: (i) apontar para os direitos da pessoa com deficiência; (ii) destacar para a inclusão das pessoas com deficiência; (iii) ressaltar para o esporte como importante ferramenta de inclusão social; (iv) apresentar o

esporte adaptado; e, por fim, (v) ressaltar para a importância do voleibol sentado como mecanismo de inclusão social.

O presente trabalho justifica-se pela importância em destacar, para o leitor e para a comunidade acadêmica quanto à importância do voleibol sentado no processo de inclusão das pessoas que possuem deficiência física, sendo necessária a elaboração de ações e programas governamentais e institucionais que promovam a sua prática.

Com relação aos procedimentos metodológicos, resalta-se que o presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica de cunho eminentemente qualitativo, uma vez que busca investigar a importância e as contribuições do voleibol sentado para pessoas com deficiência física. Em relação aos seus objetivos, essa pesquisa é considerada descritiva e no que tange ao procedimento técnico, esta pesquisa utilizou-se da Revisão Bibliográfica, baseando-se em estudos de autores diversos que contribuíram com seus conhecimentos sobre o tema.

Para atingir seu fim, este trabalho está estruturado em cinco sessões, presente esta introdução, que busca contextualizar o tema, justificando-o e apresentando os objetivos gerais e específicos desta pesquisa. A segunda seção é composta pelo desdobramento do tema através do referencial teórico sobre o assunto. A terceira, por sua vez, descreve a metodologia aplicada para elaborar esta pesquisa. Posteriormente, na quarta seção, estão compiladas as informações levantadas a fim de trazer os resultados e discussão da pesquisa, e uma conclusão sobre o tema. E por fim, a quinta seção encerra com as referências bibliográficas que apoiaram o desenvolvimento deste estudo.

## **2.REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Os direitos da pessoa com deficiência**

Conforme os estudos de Oliveira et al (2017), deficiência consiste em uma perda, carência ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica,

fisiológica ou anatômica, podendo ser temporária ou permanente, a citar pela incidência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura que compõe o corpo, inclusive das funções mentais e neurais.

Utiliza-se o termo incapacidade para se referir às diferentes limitações funcionais constatadas na sociedade como um todo. Assim, essa incapacidade pode ser tanto física, como também intelectual e sensorial, sendo causada muitas vezes por uma doença que requeira assistência médica ou de uma enfermidade mental. Ademais, conforme expõe as Normas e Recomendações Internacionais sobre Deficiência, do Programa Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência, essa incapacidade pode ser permanente ou transitória (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Nesse íterim, de acordo com o que preconiza o Decreto Federal Nº 914, de 6 de setembro de 1993, em seu Art. 3º (Brasil, 1993), a pessoa portadora de deficiência consiste naquela que apresenta permanentemente perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, gerando desse modo uma incapacidade para o desempenho das atividades habituais, isto é, dentro do padrão de comportamento normal do ser humano (AZEVEDO; BARROS, 2004).

No que tange a realização de atividades físicas pelas pessoas que possuem deficiência física, a Lei nº 9.615, publicada em 24 de março de 1998 ou Lei Pelé (Brasil, 1998), ressalta para a necessidade, dentre outros fatores, da elaboração de um projeto que estimule a prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Em seguida, o Decreto nº 3.298 publicado em 20 de dezembro de 1999 (Brasil, 1999) possuiu como objetivo abordar o tema “esporte e lazer”, definindo assim que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta específicos devem dispensar tratamento prioritário e adequado, de modo a viabilizar o incentivo à prática desportiva formal e não-formal, bem como o lazer, estimulando e facilitando para isso meios para o exercício de práticas desportivas

entre a pessoa portadora de deficiência e as entidades que as representam (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Ademais, o decreto supracitado preconiza o apoio prioritário às manifestações desportivas de rendimento e educacionais; assim como a promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais; a realização de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação a respeito do assunto; e construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Dentre os principais marcos que reconhecem os direitos da pessoa com deficiência física, salienta-se para a publicação da Constituição Federal em 1988 (Brasil, 1988), que trata o tema em vários artigos, bem como em emendas que buscam, sobretudo, atender ao princípio da “plena e efetiva participação e inclusão na sociedade” (p. 394), sendo este previsto na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e assinado em 30 de março de 2007 pela República Federativa do Brasil em Nova Iorque (DA SILVA; CARDOSO; DE ALMEIDA, 2021).

Ademais, de acordo com o artigo 24, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e, também, a integração social das pessoas portadoras de deficiência, gerando assim mais normas voltadas para a demanda (SILVA; CARDOSO; DE ALMEIDA, 2021).

Apesar de recorrentemente não ser observado na prática, o Decreto nº 6949, publicado em 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), posteriormente reconhecido no artigo 4º da Lei n. 13146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015), possui como objetivo garantir que a pessoa portadora de deficiência seja tratada com igualdade no que tange ao acesso as oportunidades assim como as demais pessoas, não sofrendo assim nenhuma espécie de discriminação (DA SILVA; CARDOSO; DE ALMEIDA, 2021).

Assim, como visto, é válido salientar que o Brasil possui extenso arcabouço normativo, bastante inclusivo, que trata sobre o tema em diversos artigos da

Constituição Federal de 1988, avançando assim por várias leis posteriormente publicadas, até alcançar a recente Lei nº 13146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 1998), chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência (DA SILVA; CARDOSO; DE ALMEIDA, 2021).

## **2.2 A inclusão das pessoas com deficiência**

Presente na sociedade desde os seus primórdios, a exclusão social consiste em um fenômeno intensamente discutido e combatido no século XXI, de modo a alcançar a inclusão de grupos sociais segregados ao longo da história, como negros, analfabetos, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, dentre outros (RIBEIRO, 2009).

Desse modo, o autor supracitado aponta que a exclusão consiste em um processo histórico presente na sociedade desde o momento em que o homem passou a viver e realizar suas atividades em grupo, isto é, iniciou-se ainda no período pré-histórico.

Assim, de acordo com Ribeiro (2009), para pertencer a um grupo, era necessário que o homem apresentasse determinadas características físicas, definindo assim os seus papéis sociais, a citar pela força física, coragem e velocidade.

Nesse diapasão, naquele momento, o indivíduo que possuía deficiência expunha seu grupo, muitas vezes, a situações de perigo e desvantagem diante dos fenômenos da natureza. Assim, era natural que esses indivíduos fossem banidos ou excluídos do grupo (RIBEIRO, 2009).

Contudo, vale dizer que, atualmente, a sociedade tem buscado combater a exclusão dessas pessoas, garantindo para isso, através de diversos meios legais, o acesso a espaços sociais, como por exemplo, ao mercado de trabalho, ao lazer, à cultura, a educação escolar e ao esporte, entre outros (RIBEIRO, 2009).

Conforme os estudos elaborados por Azevedo e Barros (2004), o conceito de exclusão refere-se a um momento da percepção que cada pessoa, bem como

um grupo, possui a respeito daquilo que se reflete na privação, podendo esta ser uma provação de um emprego, dos meios de participar do mercado de consumo, do bem-estar, dos seus direitos, da liberdade, dentre outros modos de privar o indivíduo.

Isto posto, os autores destacam, ainda, que a exclusão social consiste em um fenômeno multidimensional, extrapolando desse modo as dimensões da pobreza, estendendo a outras dimensões, em destaque para a saúde, educação, lazer, qualidade ambiental, política, econômica, dentre outras (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Azevedo e Barros (2004) apontam que a inclusão social remete, assim, a um padrão mínimo que visa à garantia ao acesso ao universo da autonomia da renda, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida e da equidade, caracterizada assim por uma intervenção social, sendo ela filantrópica ou de assistência social.

Por Autonomia de Renda entende-se a capacidade do cidadão em suprir suas necessidades ou demandas vitais, culturais, políticas e sociais, respeitando para isso as ideias individuais e coletivas que se relacionam com o mercado, não importando assim apenas as responsabilidades do indivíduo, mas também do próprio Estado (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Já a Qualidade de Vida envolve tanto a democratização dos diferentes acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente para que haja uma melhor redistribuição da riqueza social e também tecnológica aos cidadãos, bem como a redução da degradação e precariedade ambiental, marcada, sobretudo por uma intervenção social (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Por sua vez, o Desenvolvimento Humano refere-se à possibilidade de os indivíduos desenvolverem seu potencial intelectual, com menor grau de privação, isto é, usufruir de forma coletiva do maior nível de capacidade humana (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Por fim, a Equidade consiste na efetivação da igualdade, bem como do acesso aos direitos da população, de forma geral, possibilitando assim a

manifestação das diferenças, de modo a serem respeitadas sem que aja qualquer forma de discriminação. Vale dizer que essa condição favorece o combate a subordinação e, também, ao preconceito, sobretudo no que tange às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, dentre outras. (AZEVEDO; BARROS, 2004).

### **2.3 Esporte como inclusão social**

Conforme aduz Azevedo e Barros (2004), os benefícios da realização de atividade física são indiscutíveis, sobretudo para a promoção e manutenção da saúde, de modo que a sua ausência causa inúmeros prejuízos ao organismo, bem como à mente, principalmente daqueles indivíduos portadores de deficiência. Assim, o esporte busca, através dos fundamentos da atividade física, levar saúde e qualidade de vida aos seus praticantes, sendo fundamental que estes sejam orientados de forma correta de seu emprego (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Comparado a uma máquina, o corpo humano converte uma fonte de energia em outra diante da execução do trabalho, logo, o funcionamento do corpo é mantido por um equilíbrio dinâmico que possui a necessidade da realização de atividades físicas para manter essa normalidade, caso contrário há uma quebra deste equilíbrio, desencadeada por diversos fatores, como por exemplo, os maus hábitos alimentares e pelo sedentarismo, podendo assim resultar em diversas doenças crônicas e distúrbios emocionais (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Assim, conforme os estudos elaborados por Azevedo e Barros (2004), o esporte consiste em dos principais instrumentos de realização de atividade física, sendo de suma importância para o desenvolvimento humano, bem como para a amplificação da qualidade de vida e equidade. Desse modo, os autores aduzem que os indivíduos sendo estes deficientes ou não, que não possuem o hábito da realização de uma atividade física cientificamente elaborada, tendem a apresentar problemas relacionados ao sedentarismo, latente na sociedade moderna.

Isto posto, Azevedo e Barros (2004), definem a atividade esportiva inclusiva como aquela que considera tanto as potencialidades como também as limitações

físico-motoras, sensoriais e, também, mentais dos indivíduos, de modo a propiciar assim a sua efetiva participação em diversas atividades esportivas recreativas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas potencialidades.

## **2.4 A prática do esporte adaptado**

Apesar da prática de exercício físico com a finalidade terapêutica estar presente na sociedade desde 2.500 a.C., na China, os primeiros relatos da prática esportiva, oficial, por pessoas com deficiência ocorreram apenas em 1888, no qual houve a criação do Primeiro Clube Esportivo Para Surdo (DA SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018).

Contudo, apesar da sua origem ser antiga, observa-se que a prática do esporte adaptado ainda é escassa, de forma que foi consolidada apenas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945, diante da necessidade da reabilitação física e psicossocial dos soldados lesionados (DA SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018).

Nesse sentido, salienta-se que a prática do esporte adaptado se iniciou na cidade de Aylesbury, situada na Inglaterra, com os estudos do neurologista britânico Ludwig Guttmann, que possuía como principal objetivo tratar homens e mulheres do exército inglês feridos nos combates durante a Segunda Guerra Mundial, bem como reabilitá-los. Com isso, surgiram duas correntes para o esporte adaptado, sendo uma delas com a finalidade médica, de modo que o esporte passou a ser utilizado como importante ferramenta para a reabilitação dos pacientes de modo a amenizar seus problemas psicológicos; e o segundo enfoque na inserção social advinda dos Estados Unidos (DA SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018).

Desse modo, De Barros Gomes (2018) aponta que o desporto se tornou fundamental diante da reabilitação dos pacientes, possibilitando além da elevação de sua autoestima, que todos participassem de forma igual. Assim, durante os jogos, os próprios pacientes alteravam as regras e adaptavam os jogos, de forma

a atender as suas limitações e necessidades, criando assim as diversas modalidades existentes.

Ainda, evidencia-se que Guttmann apontava para a importância do esporte diante da reabilitação física, mas também no processo de reabilitação psicológica e social dos pacientes, mantendo sua importância após a alta hospitalar (DE BARROS GOMES, 2018).

Nesse ínterim, verifica-se que Guttmann não pretendia apenas reabilitar e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, mas também modificar e ampliar a perspectiva da sociedade quanto à deficiência, demonstrando através do esporte que os pacientes poderiam continuar úteis para a sociedade, de modo que estes continuavam capazes de participar de diversas tarefas e atividades, assim como as pessoas que não possuíam nenhuma deficiência (DE BARROS GOMES, 2018).

Assim, conforme analisado pelos autores supracitados, com o passar dos anos, ambas as correntes se aproximaram, articulando-se de modo a constituir os objetivos comuns relacionados, obtendo assim avanços no que tange a perspectiva médico-terapêutica, bem como havendo uma incorporação da prática esportiva com foco no rendimento, na integração do atleta e também na sua reabilitação social.

Por sua vez, a prática de esporte adaptado iniciou-se no Brasil por uma iniciativa popular, isto é, quando dois indivíduos que apresentavam deficiência física foram aos Estados Unidos para a realização de um programa de reabilitação, participando de diversas vivências em esportes adaptados. Ao retornarem ao Brasil, incentivados pelas experiências vivenciadas, eles organizaram fundaram juntos o Clube dos Paraplégicos em São Paulo e o Clube do Otimismo no Rio de Janeiro, estimulando com isso essa prática no país (FERREIRA et al, 2017).

É válido dizer que, posteriormente, durante a década de 70, o esporte adaptado adquiriu maior atenção política, passando por um processo de institucionalização no Brasil, com relevantes ações políticas ocorridas na área, a citar pelos Congressos Brasileiros do Esporte para Todos, o Projeto Integrado

SEED/CENESP, o Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, o Plano Plurianual e o Encontro Técnico de Avaliação Desportiva das Pessoas Portadoras de Deficiência. Paralelamente, foram surgindo organizações como Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR), a Associação Brasileira de Desportos para Amputados (ABDA), além do Comitê Paraolímpico Brasileiro, dentre outros eventos e marcos importantes (FERREIRA et al, 2017).

Nesse íterim, percebe-se que a prática do esporte adaptado é fundamental diante do processo de interação e socialização dos sujeitos portadores de determinada deficiência. Assim, por meio dessa prática os indivíduos possuem a oportunidade de trocar experiências, valores e culturas, fomentando desta maneira o processo de inclusão do indivíduo na sociedade (FERREIRA et al, 2017).

Vale dizer que, no que tange ao contexto brasileiro, o desenvolvimento da prática esportiva para pessoas portadores de alguma doença física se deu a partir do ano de 1958, com a fundação do Clube dos Paraplégicos, no estado de São Paulo, e do Clube do Otimismo, no estado do Rio de Janeiro (OLIVEIRA et al, 2017).

Ademais, ao final da década de 50, os profissionais de Educação Física alteraram a sua perspectiva quanto a sua função, passando a ter uma visão mais diferenciada e focada nesse público perante a realização de atividades adaptadas. Com isso, estas foram introduzidas no meio esportivo por meio da confecção de programas médicos que possuíam como principal objetivo a prevenção de doenças e reabilitação para a população portadora de deficiência física ou motora (OLIVEIRA et al, 2017).

Assim, a participação dessas pessoas em jogos e esportes adaptados é capaz de oportunizar o desenvolvimento de seu condicionamento físico, como também a realização de atividades de lazer, obtendo um estilo de vida mais ativo, com maior qualidade, além de estimular o aprendizado de novas habilidades e a realização de experiências em grupo que oportunizam a interação social (DA SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018).

Vale dizer que, além de melhorar a aptidão física do indivíduo, o esporte adaptado também é capaz de auxiliá-lo tanto no ganho de independência como também no ganho de autoconfiança para que possa realizar atividades diárias, bem como melhora a perspectiva quanto ele mesmo e a autoestima (GRUBANO, 2015).

Ademais, ressalta-se que o esporte adaptado pode ser feito de forma integrada, isto é, entre indivíduos com deficiência e sem essa incapacidade, ou de forma segregada, na qual pessoas com deficiência praticam e competem apenas entre elas, ou seja, separadamente daquelas que não possuem deficiência (GRUBANO, 2015).

Assim, o desporto para pessoas com deficiência pode ser compreendido em diferentes formas, a citar pelo aspecto terapêutico, recreativo, competitivo e educativo. Logo, no que tange ao seu aspecto terapêutico, o desporto consiste em uma parte do processo de reabilitação do indivíduo, consistindo em um importante meio para a sua reintegração na sociedade. Já na sua vertente recreativa, a prática de atividade física é realizada nos tempos livres, objetivando o lazer (DE BARROS GOMES, 2018).

Por sua vez, a vertente educativa no desporto permite o conhecimento e a prática de algumas modalidades esportivas em crianças e jovens que possuem deficiência, elevando assim a sua autoconfiança e autoestima, dentre outras características. Nesse sentido, para que uma escola seja considerada inclusiva, é necessário que todos que a frequentam possuam o sentimento de pertencimento, sendo aceitos e respeitados por toda a comunidade escolar (DE BARROS GOMES, 2018).

Por fim, com relação ao nível competitivo, demanda-se uma maior exigência, sendo necessário o seu regulamento, classificação, treino e dedicação. Logo, em seu nível competitivo, o desporto consiste em um importante mecanismo para satisfazer as ambições e premiar os atletas, reconhecendo-os pela sua habilidade (DE BARROS GOMES, 2018).

Nesse ínterim, verifica-se que o processo de inclusão social, por meio do esporte adaptado, consiste em um importante meio de empoderamento das

pessoas que apresentam deficiência. Contudo, seu caráter competitivo lhe confere uma face excludente, de forma que os sujeitos são, então, selecionados e comparados conforme sua capacidade atlética. Assim, sua importância como fator social e seu profissionalismo desse esporte lhe confere um caráter paradoxal diante da inclusão das pessoas com deficiência física (GRUBANO, 2015).

## **2.5 Voleibol Sentado**

Conforme os estudos elaborados por Carvalho, Araújo e Gorla (2013), o Voleibol Sentado consiste em uma modalidade de esporte adaptado para pessoas que possuem alguma deficiência física (pessoas com amputação ou lesões), sendo estas impossibilitadas de praticar o voleibol convencional. Assim, vale dizer que foi originado no ano de 1956, na Holanda, pela criação de T. Van Der Scheer e A. Albers, a partir da união do voleibol convencional com o Sitzball, isto é, um jogo de origem alemã realizado sentado no chão no qual não há a presença de rede. Assim, naquele momento, foi criado no Comitê de Esportes da Holanda, o Voleibol Sentado (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

Posteriormente, em 1976 o voleibol sentado teve participação de forma expositiva nas Paraolimpíadas de Toronto, no Canadá, e após dois anos, em 1978, essa modalidade esportiva passou a ser oficialmente aceita nas Paraolimpíadas pela Organização Internacional de Esportes para Deficientes (ISOD). Assim, em 1980 o vôlei sentado participou pela primeira vez nos Jogos Paraolímpicos da Arnhem, nos Países Baixos (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

Assim, de acordo com os autores supracitados, a partir do ano de 1993 os campeonatos mundiais desta modalidade esportiva, tanto femininos como também masculinos, passaram a ser organizados (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

Logo, Sanchonete e Mazo (2018) apontam que essa prática consiste em uma adaptação do voleibol tradicional olímpico, possuindo os mesmos princípios deste a serem seguidos, isto é, objetiva manter a bola no ar tentando marcar ponto ao colocá-la no chão da quadra da equipe adversária, precisando para isso

defender a sua quadra para que o mesmo não ocorra com sua equipe. Ademais, possui regras, como número de substituições dos atletas por set, pontuação de cada set, dentre outras em comum (SANCHOTENE, MAZO, 2018).

Segundo Nieto e Vicente (2011) a prática do voleibol sentado vem se estendendo e, se tornando uma modalidade com muitos adeptos, são estes não só pessoas com deficiências mais severas, mas também por pessoas com tornozelos e joelhos contundidos. Os praticantes da modalidade normalmente são amputados e pessoas com deficiências classificadas como Les Autres, das quais se enquadram a poliomielite, a distrofia muscular, esclerose múltipla e amputação congênita. Assim como em todas as modalidades paralímpicas os atletas do voleibol sentado passam por uma classificação funcional. O propósito do sistema de classificação funcional é minimizar o impacto da deficiência no resultado da competição (ANDE, 2012). Sendo estas: Elegível; Não Elegível; Mínima Deficiência; Amputações; Les Autres. Sendo permitido somente 2 atletas com mínima deficiência por equipe, e quando um estiver em quadra o outro necessariamente tem que estar no banco de reservas.

Ainda, assim como o jogo de vôlei tradicional, o Voleibol Sentado é composto por duas equipes, cada uma contendo seis jogadores. Entretanto, diferentemente do jogo de vôlei tradicional, a posição dos jogadores de vôlei sentado é determinada pelo local de contato entre as nádegas do jogador e o chão da quadra onde ocorre o jogo. Ademais, vale dizer que, conforme a Associação Paralímpica Britânica, o voleibol sentado acontece em um ritmo mais rápido do que um jogo olímpico *indoor*, por conta de suas peculiaridades, como por exemplo, o tamanho da quadra e a altura da rede, exigindo assim maior potência e agilidade (FERREIRA et al, 2017).

Nesse ínterim, De Oliveira et al (2020) apontam ainda que, no que tange às regras do voleibol sentado, é fundamental que ao tocar na bola os glúteos devem estar inteiramente colados ao chão, de forma que assim como no vôlei tradicional, os jogadores podem tocar na bola somente até três vezes por equipe, sendo que no vôlei adaptado o saque pode ser bloqueado pelos jogadores da linha de frente.

Ademais, o jogo é realizado em 5 sets de 25 pontos corridos, vencendo assim o time que ganhar no mínimo três sets. Cada equipe possui 12 jogadores, sendo 6 na reserva e 6 em quadra. Dentre as funções dos jogadores, têm-se os jogadores de ataque, defesa ou líbero, sendo este jogador especialista na defesa, e fica na linha de fundo. Ainda, salienta-se que na equipe pode se ter no máximo dois jogadores com incapacidade mínima, de maneira que apenas um poderá ficar em quadra, devendo o outro estar na reserva (DE OLIVEIRA et al, 2020).

Diante disso, evidencia-se que essa nova modalidade esportiva originou-se possuindo regras semelhantes às do voleibol convencional, mas diferenciando-se, principalmente, no tamanho da quadra, que passou a ser menos, na altura da rede, sendo nesta modalidade adaptada mais baixa, na forma de deslocamento dos jogadores que devido à deficiência jogam sentados e também quanto à permissão de bloqueio do saque (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

Até os Jogos Paraolímpicos ocorridos em Sydney no ano de 2000, a modalidade de vôlei sentado era realizada dividida em suas categorias, isto é, uma com participantes sentados e outra com participantes em pé, sendo esta última por meio do auxílio de próteses e equipamentos. Contudo, a partir das Paraolimpíadas de Atenas, ocorrida em 2004, foi estabelecido que a disputa ocorreria apenas em uma categoria, isto é, na categoria sentada, incluindo ainda, pela primeira vez, a participação de equipes femininas (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

No contexto brasileiro, evidencia-se que o voleibol sentado passou a ser realizado no ano de 2002, quando o professor Ronaldo Gonçalves de Oliveira, organizou um torneio oficial ocorrido no município de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Com isso, no ano seguinte, foi criada a Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico (ABVP), de modo que assim o país participou pela primeira vez dos Jogos Parapanamericanos, alcançando a conquista da segunda colocação nos naipes feminino e masculino (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

No ano seguinte, em 2003, foi fundada a Confederação Brasileira de Voleibol Para Deficientes, sendo que até aquele ano o país ainda não possuía medalhas nesse esporte (DE OLIVEIRA et al, 2020).

Salienta-se, ainda, que apenas a partir de 2004 que esses jogos passaram a ser disputados totalmente sentados, isto é, com os atletas jogando com as nádegas no chão, uma vez que até aquele momento os jogos eram realizados em pé. Evidencia-se, ainda, que até aquele momento os jogos eram realizados apenas por homens, de modo que as mulheres passaram a participar apenas em 2004 (DE OLIVEIRA et al, 2020).

Posteriormente, em 2008, o Brasil participou pela primeira vez das Paraolimpíadas, em Pequim, de modo que a equipe masculina de voleibol sentado que participou do evento obteve a sexta colocação mundial (CARVALHO, ARAÚJO, GORLA, 2013).

Salienta-se que, para participar da prática institucionalizada do voleibol sentado, a pessoa portadora da deficiência deve ser considerada elegível após passar por classificações funcionais e ser confirmado o seu diagnóstico de deficiência física conforme o sistema de classificação da modalidade. Assim, de modo geral, esse tipo de deficiência pode caracterizar-se pela diminuição da força muscular, bem como pelas limitações de movimentos, limitações nos membros, diferença no comprimento de membros, baixa estatura, hipertonia, ataxia, atetose, dentre outros comprometimentos (SANCHONETE; BATAGLION, 2020).

Consome os estudos de De Barros Gomes (2018), as amputações são divididas em nove classes:

- Classe A1 = ambos os membros inferiores são amputados acima ou através da articulação do joelho (Duplo AK-Above Knee);
- Classe A2 = um dos membros inferiores é amputado acima ou através da articulação do joelho (AK Simples);
- Classe A3 = ambos os membros inferiores são amputados abaixo do joelho, mas acima ou através da articulação tálus-calcâneo (Duplo BKBelow Knee);
- Classe A4 = um dos membros inferiores é amputado abaixo do joelho, mas acima ou através da articulação tálus-calcâneo (BK Simples);
- Classe A5 = ambos os membros superiores são amputados acima ou através da articulação do cotovelo (Duplo AE-Above Elbow);
- Classe A6 = um dos membros superiores é amputado acima ou através da articulação do cotovelo (AE Simples);
- Classe A7 = ambos os membros inferiores são amputados abaixo do cotovelo, mas acima ou através da articulação pulso (Duplo BE-Below Elbow);
- Classe A8 = um dos membros superiores é amputado abaixo do cotovelo, mas acima ou através da articulação do pulso (BE Simples);
- Classe A9 = atletas com amputações de membro superior e inferior

Assim, conforme expõe Sanchonete e Bataglioni (2020) em seus estudos, a maioria dos atletas de voleibol sentado no Brasil possui amputação nos membros inferiores, decorrentes principalmente de acidentes ocorridos no trânsito.

Coerente ao exposto, De Oliveira et al (2020) apontam na realização de seus estudos para algumas características peculiares da prática de voleibol sentado, de modo que os autores destacam para a necessidade dos atletas apresentarem alguma deficiência motora, como por exemplo membros amputados, como os dedos das mãos ou dos pés, com atletas apresentando incapacidade mínima

Ainda, de acordo com os autores supracitados, além do encurtamento dos membros, os atletas dessa modalidade esportiva podem apresentar paralisia dos membros superiores, luxação da coxa, alteração na articulação de membros inferiores ou superiores e/ ou, também, severo déficit de circulação nos membros, além de outras características exigidas para que o indivíduo se enquadre nessa categoria.

Sanchotene e Mazo (2018) salientam em seus estudos que, constituindo uma importante forma de inclusão das pessoas que possuem deficiência, o Voleibol Sentado é capaz de proporcionar às pessoas com deficiência momentos oportunos para aprimorar suas potencialidade e habilidades, bem como melhorar sua autoestima e socialização, superar traumas e frustrações, dentre inúmeras outras vantagens.

Dentre as diversas justificativas apontadas para a prática de Voleibol Sentado, Sanchonete e Mazo (2018) destacam em seus estudos para a busca da promoção e de melhorias na saúde e na disposição física, na diminuição do cansaço, na demanda por realizar atividades prazerosas, bem como devido aos incentivos de professores ou outras pessoas, pela aptidão e gosto por competições e torneios. Ademais, os autores verificaram que o principal motivo pela realização dessa modalidade esportiva consiste na busca por novas amizades e no fortalecimento de vínculos já existentes (SANCHOTENE, MAZO, 2018).

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Uma pesquisa pode ser classificada, conforme os estudos de Gil (2002), quanto à sua abordagem, aos seus objetivos e aos procedimentos técnicos utilizados para sua execução. Assim, quanto à abordagem, essa pesquisa é considerada qualitativa, uma vez que busca analisar a importância da prática do voleibol sentado como ferramenta de inclusão das pessoas portadoras de deficiência física.

A pesquisa qualitativa permite avaliar, através de observações e constatações, o problema a ser estudado por meio dos dados coletados. Assim, pode-se descrevê-la como sendo,

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. (DENZIN; LINCOLN et al. 2006, p. 17).

Em relação aos seus objetivos, essa pesquisa é considerada descritiva, uma vez que, sob a ótica de Gil (2008), consiste em descrever as características, fenômenos ou experiências de uma população utilizando-se de técnicas padronizadas.

No que concerne à fonte de dados utilizada para a elaboração deste trabalho, a fonte é considerada secundária, uma vez que se utiliza de trabalhos acadêmicos, artigos científicos, livros, entre outros, publicados nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo.

Quanto ao procedimento técnico, esta pesquisa utilizou-se da Revisão Bibliográfica que, de acordo com Gil (1991, p.48) “é desenvolvida a partir de

material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para isso, a pesquisa baseou-se em estudos de autores, tais como Azevedo e Barros (2004), Carvalho, Araujo e Gorla (2013), Oliveira et al (2017), De Oliveira et al (2020), Da Silva, Cardoso e De Almeida (2021), Solera et al (2021), dentre outros.

Ademais, para Bunge (1980), uma pesquisa ainda pode ser classificada quanto à sua natureza, isto é, básica ou aplicada. Assim, essa pesquisa possui abordagem básica, uma vez que não busca apresentar soluções para determinado problema, mas sim gerar conhecimento útil para a ciência, isto é, busca aumentar o conhecimento sobre determinado assunto. (NASCIMENTO, 2016).

Em relação à técnica de análise e interpretação usada, este estudo utilizou-se da técnica de Análise de Conteúdo, uma vez que, segundo Bardin (1977), consiste em uma técnica de análise que busca, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, descrever conteúdos de mensagens de forma a possibilitar a inferência de conhecimento quanto a produção destas mensagens.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Destacamos que o presente trabalho pretendeu entender qual a importância e contribuição da prática do voleibol sentado para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade de forma, assim, a contribuir para o aprofundamento do conhecimento teórico sobre o tema a partir do uso do método de Revisão Bibliográfica como metodologia de pesquisa.

Para se atingir uma compreensão a respeito do tema, definiram-se cinco objetivos específicos. Desse modo, o primeiro buscou apontar para os direitos da pessoa com deficiência, verificando a existência de uma extensa previsão legal no Brasil no que tange à inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, de modo a buscar garantir o cumprimento de seus direitos e qualidade de vida.

Depois, o segundo objetivo específico comprometeu-se em destacar para a inclusão das pessoas com deficiência, apontando, contudo, que na prática existem

ainda muitas dificuldades, medidas e ações de inclusão da pessoa portadora de deficiência, principalmente em relação ao seu acesso à cultura, lazer e esporte.

Posteriormente, buscou-se ressaltar para o esporte como importante ferramenta de inclusão social, de modo que além dos benefícios trazidos a saúde, a prática de esporte também possibilita o desenvolvimento de habilidades e a interação social, bem como o desenvolvimento de características como responsabilidade, cooperação, respeito, liderança, trabalho em conjunto, dentre outras.

Em seguida, tratou-se de apresentar o esporte adaptado; sendo este uma forma de praticar esporte que considera tanto as potencialidades como também as limitações físico-motoras, sensoriais e, também, mentais dos indivíduos, de modo a propiciar assim a sua efetiva participação em diversas atividades esportivas recreativas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas potencialidades.

Por fim, o trabalho se propôs a ressaltar a importância do voleibol sentado, verificando que consiste em um importante esporte paralímpico que objetiva a inclusão das pessoas que possuem algum nível de deficiência na prática esportiva. Permitindo a elas, assim, aprimorar suas potencialidades e habilidades, aumentar suas autoestimas, superar suas frustrações e melhorar sua saúde mental e física.

Sendo assim, a partir dos levantamentos bibliográficos de pesquisadores entendedores sobre o tema, é possível compreender o quanto o esporte adaptado pode trazer uma vida mais próxima possível da normalidade das pessoas com deficiência, a maneira como passam a se enxergar inseridos na sociedade é de suma importância tanto para a sua formação física, como também psicológica.

Após a vasta pesquisa sobre o tema, é perceptível os diversos benefícios que a prática de uma atividade físico-desportiva pode contribuir na melhora da qualidade e vida destas pessoas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da legislação vigente no Brasil ser extensa no que tange à inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, buscando garantir seus direitos e qualidade de vida, na prática observa-se que o mesmo nem sempre ocorre, principalmente quando se trata de aspectos relacionados à cultura, lazer e esporte.

Assim, afirma-se que a inclusão consiste em um processo que visa a equiparação de oportunidade entre pessoas com e sem deficiência, impulsionando a interação entre elas e o acesso aos recursos disponíveis por todos que pertencem à sociedade. Desse modo, Solera et al (2021) apontam que a inclusão social busca deslocar as minorias da considerada “periferia do contexto social” para a estrutura principal como os demais membros da sociedade.

Assim, como uma modalidade esportiva paraolímpica, adaptada do voleibol olímpico, o voleibol sentado consiste em uma importante ferramenta de inclusão social dos indivíduos que apresentam deficiência física, primando principalmente pela amplificação da sua qualidade de vida, desenvolvimento de habilidades e interação social.

Com efeito, cumpre dizer que o propósito dessa revisão não é esgotar o tema, mas sim fazer um compilado de informações levantadas sobre o assunto, como forma de demonstrar a importância da prática do voleibol sentado como modalidade esportiva que visa a inclusão dos indivíduos portadores de deficiência física.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Henrique; BARROS, Jônatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ci e Movimento**. Brasília, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004.

CARVALHO, Camila Lopes; ARAÚJO, Paulo Ferreira; GORLA, José Irineu. Voleibol sentado: do conhecimento à iniciação da prática. **Conexões**, v. 11, n. 2, p. 97-126, 2013.

DA SILVA, Junior Vagner Pereira; SILVA, Dirceu Santos; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 4, p. 339-358, 2018

DA SILVA, Maria Denise Dourado; CARDOSO, Layana Costa Ribeiro; DE ALMEIDA, Dulce Maria Filgueira. Inclusão reversa e voleibol sentado: direitos humanos em jogo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. Especial, p. 1-6, 2021.

DE BARROS GOMES, Ana Isabel. Aplicação do Modelo de Abordagem Progressiva ao Jogo no Voleibol Sentado. 2018.

DE OLIVEIRA, Cínthia Rodrigues et al. Voleibol sentado: história, características e regras .2020.

FERREIRA, Natasha Reis et al. Contribuições do esporte adaptado: reflexões da terapia ocupacional para a área da saúde. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 1, n. 1, p. 52-66, 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição, 7ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2008

GRUBANO, Everson Cardoso. O Esporte Adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física. 2015

OLIVEIRA, Saulo et al. Desenvolvimento de testes para avaliação de velocidade e agilidade de jogadores de voleibol sentado. **Revista Brasileira do Esporte Coletivo**, v. 1, n. 2, p. 30-6, 2017.

RIBEIRO, Sonia Maria. O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física. **Piracicaba, SP**, 2009.

SANCHOTENE, Vitória Crivellaro; MAZO, Janice Zarpellon. Voleibol sentado: análise da produção científica brasileira. **Revista Thema**, v. 15, n. 2, p. 563-574, 2018

SANCHOTENE, Vitória Crivellaro; BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. A iniciação esportiva no esporte paralímpico: o caso do voleibol sentado. **Argumentos. Montes Claros, MG. Vol. 17, n. 2 (jul./dez. 2020), p. 115-138**, 2020.

SOLERA, Bruna et al. Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 42, p. 655-661, 2021.